

**ATA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO EM
AGOSTO DE 2026.**

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, no Gabinete Presidencial do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JI-PARANÁ - IPREJI, na Rua Aluizio Ferreira, nº 119, Bairro Centro, nesta cidade de Ji-Paraná/RO, o Presidente do IPREJI procedeu à abertura da 08ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CDMP do IPREJI, estando presentes os Senhores Conselheiros: Edísio Gomes Barroso (Conselheiro Presidente), Lilian Pereira da Silva Almeida (Conselheira), Noemi Brisola Ocampos (Conselheira), Francilane Magalhães Santos (Conselheira), Sidnei Silva dos Anjos (Conselheiro), Humberto Jackson de Souza (Conselheiro), Lânea de França Cirqueira Lins (Diretora Previdenciária do IPREJI), além de Kaylaine de Oliveira Tonette (Secretária do IPREJI e do CDMP). Declarada aberta a sessão, passou-se à apreciação da pauta. Inicialmente, foi apresentado o Relatório Analítico de Investimentos referente ao mês de julho de dois mil e vinte e seis, sendo informado que o Instituto possui patrimônio líquido no montante de R\$ 445.767.346,85 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos). No decorrer da exposição, foram apresentadas informações acerca do comportamento da carteira, das estratégias de alocação e realocação dos recursos e do acompanhamento dos investimentos, destacando-se a necessidade de análise criteriosa das movimentações, considerando as condições de mercado, os objetivos da carteira e a necessidade de preservação do patrimônio previdenciário. Foi informado que a carteira se encontrava em processo de realocação de recursos, tendo sido adotadas medidas para aquisição de títulos públicos, inclusive mediante contratação e acompanhamento das operações junto às instituições financeiras. Ressaltou-se que as operações de realocação demandam análise técnica e acompanhamento das condições de mercado, tendo em vista os prazos necessários para sua efetivação e a necessidade de adoção de estratégias compatíveis com o cenário econômico e com a política de investimentos do Instituto. Também foi destacado o acompanhamento realizado pelo Instituto junto à equipe de investimentos do Iperon, bem como o apoio prestado pela consultoria de investimentos e pelas instituições financeiras, ressaltando-se que as decisões de investimento não são tomadas exclusivamente com base na atuação da consultoria, mas mediante análise conjunta das informações disponíveis, acompanhamento do mercado e avaliação da equipe responsável pelos investimentos. No tocante à aquisição de títulos públicos, foram prestados esclarecimentos quanto à estratégia de alocação, ressaltando-se a necessidade de observância das condições de mercado, da marcação dos títulos e da segurança proporcionada por investimentos dessa natureza. Foi informado que a aquisição e manutenção desses ativos vêm sendo analisadas como parte da estratégia de proteção e composição da carteira, devendo as operações continuar sendo realizadas de forma técnica e criteriosa. Na sequência, foi informado o recebimento de R\$ 475.253,73 (quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos), em sete de agosto de dois mil e vinte e seis, referente à Compensação Previdenciária – COMPREV/INSS. Foram prestados esclarecimentos acerca do acompanhamento dos requerimentos de compensação previdenciária e da necessidade de conferência da legitimidade dos requerimentos, visando assegurar que os valores devidos ao Instituto sejam devidamente reconhecidos e recebidos. No que se refere à prestação de contas, foram apresentadas informações relativas ao mês de julho de dois mil e vinte e seis, sendo registrado que o Instituto permanece em situação regular, sem pendências



junto aos órgãos de controle, mantendo organização dos procedimentos administrativos e financeiros. Após apreciação, a prestação de contas referente ao mês de julho de dois mil e vinte e seis foi aprovada pelo Conselho, com a ressalva de que a conciliação bancária deverá ser reenviada à Câmara Municipal, para fins de substituição do respectivo anexo da prestação de contas referente ao mês julho de dois mil e vinte e seis. A ressalva decorre da análise realizada pelo Conselho, durante a qual foi constatado que alguns extratos bancários foram apresentados de forma incompleta conforme documento ID 2954393. Entretanto a Diretoria de Contabilidade já providenciou a devida correção, pelo que se requer o reenvio da conciliação bancária ao Poder Legislativo, para substituição do documento anteriormente encaminhado. Durante a análise da documentação, também foram discutidos aspectos relacionados aos demonstrativos contábeis e aos documentos que integram a prestação de contas, destacando-se a necessidade de que os anexos e demonstrativos estejam devidamente disponibilizados e atualizados para possibilitar a análise pelos Conselhos. Foi mencionada a necessidade de conferência de determinados demonstrativos, especialmente aqueles relacionados ao balanço orçamentário e aos demais documentos contábeis que integram a prestação de contas. Foi esclarecido que o balanço orçamentário deverá ser apresentado de forma periódica, sendo ressaltada a importância de que os documentos disponibilizados aos Conselhos permitam a adequada compreensão da execução orçamentária e financeira do Instituto. Também foi mencionada a necessidade de aperfeiçoamento da formalização das informações apresentadas em ata, de forma que as manifestações, recomendações e solicitações dos colegiados fiquem devidamente registradas. Em seguida, foram prestadas informações sobre os fundos de investimentos que se encontram em processo de liquidação, tendo sido esclarecido que o Instituto continua acompanhando a situação dos respectivos ativos e os procedimentos relacionados à recuperação dos valores. Registrou-se que houve envolvimento de órgãos de controle e, atualmente, acompanhamento de procedimentos conduzidos pela Polícia Federal, sendo ressaltada a necessidade de continuidade do acompanhamento institucional e da adoção das medidas cabíveis para resguardar os interesses do IPREJI. No mesmo contexto, foi informado que o Conselho Fiscal havia apresentado questionamentos relacionados aos investimentos e à situação dos referidos fundos, inclusive acerca de determinadas providências adotadas pelo Instituto. Sobre o assunto, destacou-se que os questionamentos e respectivas respostas deverão ser formalizados adequadamente, mediante requerimento, documento próprio ou manifestação técnica, de modo a permitir o devido registro, acompanhamento das providências e posterior controle das medidas adotadas. Ainda no âmbito dos investimentos, foi abordada a situação dos chamados desenquadramentos passivos, sendo esclarecido que as providências adotadas pelo Instituto estão relacionadas ao acompanhamento técnico da carteira e à realização de realocações quando necessárias, considerando o cenário econômico, a rentabilidade, a segurança, o enquadramento dos ativos e a estratégia de longo prazo. Ressaltou-se que movimentações dessa natureza não devem ser realizadas de maneira precipitada, mas mediante estudo e análise técnica, observando-se as condições de mercado e a estratégia estabelecida para a carteira, não devendo ocorrer simplesmente em razão de oscilações pontuais do mercado. Foi destacado, também, que o cenário eleitoral poderá provocar alterações nas condições de mercado e nos preços dos ativos, razão pela qual o Instituto deverá permanecer atento ao comportamento dos investimentos e realizar estudos que subsidiem eventual necessidade de realocação da carteira. Ressaltou-se, por fim, a importância da manutenção da documentação relativa aos investimentos e das justificativas técnicas das decisões adotadas, especialmente para fins de transparência, controle interno e prestação de contas aos Conselhos e aos órgãos de controle. Na sequência, foram prestadas informações acerca do Estudo de Impacto, tendo sido informado que o estudo contratado já havia sido entregue, porém necessitava de atualização em razão da data-base utilizada, motivo pelo qual estava sendo providenciada sua adequação. Também foi informado que, diante das



dúvidas surgidas a partir dos dados apresentados, estava sendo considerada a realização de outro estudo para possibilitar comparação dos resultados e subsidiar as decisões do Instituto. Durante a discussão, foram apresentados esclarecimentos sobre o cálculo atuarial e o déficit atuarial, sendo mencionados valores apurados em diferentes metodologias e exercícios. Destacou-se a necessidade de verificar a metodologia utilizada, os dados considerados e os respectivos demonstrativos, a fim de assegurar que as informações constantes dos documentos estejam corretamente interpretadas e reflitam a realidade atuarial do Instituto. Foi esclarecido que determinadas diferenças identificadas entre os valores apresentados decorrem de metodologias distintas de cálculo e de diferentes datas-base utilizadas nos estudos. Ressaltou-se, contudo, a necessidade de análise técnica dos documentos para verificar eventuais inconsistências e assegurar a correta utilização das informações no planejamento previdenciário. Também foi discutida a necessidade de acompanhamento da evolução do número de servidores e dos impactos decorrentes das alterações na estrutura do quadro funcional sobre o equilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Foi informado que houve aumento no número de servidores em relação a períodos anteriores e que esse crescimento deverá ser considerado nas projeções e estudos atuariais. Ainda sobre o tema, foi informado que o Instituto pretende fortalecer as medidas destinadas à redução do déficit atuarial, mediante adoção de providências administrativas, estudo das alternativas disponíveis e articulação com o Poder Executivo Municipal. Na oportunidade, foi informado que foi agendada reunião com o Prefeito para o dia nove de setembro de dois mil e vinte e seis, ocasião em que serão apresentados o estudo de impacto e as propostas relacionadas ao fortalecimento das medidas destinadas ao enfrentamento do déficit atuarial. Também foi mencionada a possibilidade de realização de audiência pública, com participação do Tribunal de Contas, com o objetivo de promover a conscientização dos servidores acerca dos impactos da previdência e da necessidade de adoção de medidas voltadas à sustentabilidade do RPPS. Foi ressaltada a importância de fortalecer as propostas institucionais perante o Poder Executivo, buscando alternativas que permitam a redução do déficit atuarial e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social. Em seguida, passou-se às informações referentes à prova de vida e ao cadastramento dos segurados. Foi informado que a mobilização para complementação da documentação estava em fase final, permanecendo, até o dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e seis, apenas dois segurados com pendências documentais. A equipe técnica permanece realizando busca ativa para regularização das situações remanescentes, com o objetivo de alcançar a conclusão do procedimento e atender aos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS e da auditoria institucional. Foi destacado que o cadastramento já apresentava percentual elevado de conclusão, com expectativa de superação da meta estabelecida, permanecendo a equipe mobilizada para alcançar o percentual necessário e finalizar o procedimento. Também foram reconhecidos os esforços realizados pelos servidores e demais órgãos envolvidos na obtenção da documentação necessária. Quanto à auditoria e pré-auditoria da TOTUM, foi informado que o Instituto já se encontrava em fase de pré-auditoria, tendo sido disponibilizada plataforma para inserção dos documentos solicitados. A metodologia permitirá que a equipe alimente o sistema gradativamente e que os documentos permaneçam organizados para posterior conferência, possibilitando maior preparação para a auditoria. Foi ressaltada a importância de que os documentos solicitados sejam inseridos na plataforma de forma completa e organizada, de modo que, quando a auditoria for realizada, o Instituto já esteja devidamente preparado e possa concentrar seus esforços na conferência final e no atendimento das eventuais solicitações dos auditores. Na sequência, foram prestadas informações acerca da fiscalização in loco do Tribunal de Contas, prevista para o período de vinte e quatro a vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e seis. Foi esclarecido que a fiscalização tem como objetivo verificar procedimentos e documentos relacionados à prestação de contas, buscando o alinhamento



dos procedimentos administrativos e contábeis do Instituto às orientações dos órgãos de controle. Foi mencionado que, entre os documentos e procedimentos que poderão ser analisados durante a fiscalização, estão questões relacionadas à folha de frequência, registros contábeis, demonstrativos de investimentos, informações financeiras e demais documentos necessários à verificação da regularidade dos procedimentos adotados pelo Instituto. Também foram abordadas questões relativas ao CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, sendo informado o acompanhamento da situação do Instituto e das providências necessárias para manutenção da regularidade previdenciária. Na sequência, foram prestadas informações acerca do Projeto de Reforma Administrativa do IPREJI, sendo destacada a necessidade de fortalecimento da estrutura administrativa do Instituto e de criação ou adequação de cargos necessários ao desempenho das atividades institucionais. Foi mencionada a possibilidade de criação de cargos técnicos e especializados, incluindo funções relacionadas à controladoria, análise de investimentos e área previdenciária, com diferentes níveis de atuação. Ressaltou-se a necessidade de fortalecimento do quadro permanente do Instituto, especialmente por meio de servidores efetivos, de modo a assegurar continuidade administrativa e reduzir riscos decorrentes de alterações de gestão. Foi destacado que a reforma administrativa deverá ser estruturada de modo a atender às necessidades do Instituto, observando-se a disponibilidade orçamentária e a necessidade de manutenção do equilíbrio das despesas, bem como a adequada definição das atribuições dos cargos. Também foi informado que a intenção é fortalecer a estrutura técnica do IPREJI, evitando dependência excessiva de servidores exclusivamente comissionados e garantindo maior continuidade das atividades em eventuais mudanças de gestão. Ainda no âmbito da reforma administrativa, foi mencionada a importância da criação e estruturação da Ouvidoria do Instituto. Foi informado que já foi providenciada a portaria de criação da Ouvidoria, bem como medidas destinadas à disponibilização de telefone e estrutura própria para atendimento. Foi relatado que a servidora responsável pela Ouvidoria realizou capacitação e que estão sendo providenciadas as ferramentas necessárias para o início efetivo das atividades. Destacou-se a importância da Ouvidoria como instrumento de participação, transparência e aproximação entre o Instituto, os segurados e a sociedade. Ademais, foi tratado o assunto referente ao terreno de interesse do Instituto, tendo sido relatadas tratativas relacionadas à possibilidade de aquisição de imóvel localizado nas proximidades da estrutura atualmente utilizada ou destinada à futura expansão do Instituto. A aquisição deverá ser precedida de análise de viabilidade, avaliação do imóvel e verificação das condições financeiras, considerando o interesse institucional e a necessidade de utilização racional dos recursos previdenciários. Foi mencionado o interesse institucional em construir estrutura adequada para realização de eventos, reuniões, auditorias, estacionamento e demais atividades do Instituto. Na sequência, foram retomadas as discussões acerca do planejamento institucional e das metas do IPREJI, destacando-se a necessidade de estabelecer objetivos progressivos e compatíveis com a capacidade operacional do Instituto. Foi enfatizada a importância de avançar gradualmente nos níveis de maturidade e certificação do Programa Pró-Gestão RPPS, com organização das ações e estabelecimento de metas alcançáveis. Foi ressaltado que o Instituto vem realizando esforços para alcançar melhores níveis de organização e governança, sendo reconhecido o trabalho desenvolvido pelos servidores envolvidos nos procedimentos de cadastramento, auditoria, investimentos, prestação de contas e demais atividades institucionais. Também foram prestadas informações acerca do acompanhamento do Pró-Gestão RPPS, destacando-se a necessidade de cumprimento gradual das metas e de consolidação dos procedimentos administrativos, de governança, transparência e gestão. Passando aos benefícios concedidos no mês de julho de dois mil e vinte e seis, registrou-se a concessão de três aposentadorias, uma pensão por morte e três revisões judiciais de integralidade e paridade, destacando-se que os processos vêm sendo analisados com maior celeridade pela equipe técnica. Por fim, quanto às



obrigações fiscais e acessórias, foi informado o envio tempestivo das declarações obrigatórias, incluindo E-Social, EFD-REINF e DCTFWeb, todas relativas à competência de julho de dois mil e vinte e seis, em conformidade com as exigências legais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do IPREJI deu por encerrada a 08ª Reunião Ordinária do CDMP às dez horas e quarenta e sete minutos. Eu, Kaylaine de Oliveira Tonette, Secretária do IPREJI e do CDMP, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes. Ji-Paraná, vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis.

Edísio Barroso
Conselheiro Presidente

Lânea de França Cirqueira Lins
Diretora Previdenciária

Lilian Pereira da Silva Almeida
Conselheira

Noemi Brisola Ocampos
Conselheira

Francilane Magalhães Santos
Conselheira

Sidnei Silva dos Anjos
Conselheiro

Humberto Jackson de Souza
Conselheiro

Kaylaine de Oliveira Tonette
Secretária do IPREJI e do CDMP





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	da 08ª Reunião Ordinária do Conselho	25/08/2026
ID: 2969111	Processo	Documento
CRC: CED9A265		
Processo: 4-508/2026		
Usuário: Kaylaine de Oliveira Tonette		
Criação: 25/08/2026 13:08:58	Finalização: 25/08/2026 13:13:06	
MD5: 063EDBA222AB180A352505F09322EB6C		
SHA256: F6879B4E43421713F340B94D8896591262772064EFEAA1415FD8B483400CAA9B		

Súmula/Objeto:

Ata da 08ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência do Município de Ji-Paraná em agosto de 2026.

INTERESSADOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JI-PARANÁ - IPREJI	JI-PARANA	RO	25/08/2026 13:11:11
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

ATA DE REUNIAO	25/08/2026 13:10:42
----------------	---------------------

CIENTES

Gabriela Silveira Nogueira da Silva	31/08/2026 08:32:58
-------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Kaylaine de Oliveira Tonette	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	25/08/2026 13:13:13
---	-------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 SIDNEI SILVA DOS ANJOS	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	25/08/2026 13:32:23
---	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 FRANCILANE MAGALHAES SANTOS	CONSELHO DELIBERATIVO	25/08/2026 13:45:18
--	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 LILIAN PEREIRA DA SILVA ALMEIDA	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	26/08/2026 07:52:37
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 LÂNEA DE FRANÇA CIRQUEIRA LINS	DIRETORA PREVIDENCIARIA	26/08/2026 08:15:20
---	-------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 HUMBERTO JACKSON DE SOUZA	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	26/08/2026 08:15:49
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 EDISIO GOMES BARROSO	PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA	26/08/2026 10:36:16
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 NOEMI BRISOLA OCAMPOS	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	27/08/2026 08:46:26
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2969111 e o CRC CED9A265.